

Imigrantes: quem é o inimigo?



» **LIER PIRES FERREIRA**
Doutor em direito pela
Universidade Federal
Fluminense, advogado

» **RENATA MEDEIROS**
Mestre em ciência política, advogada

A visão da América como uma terra de oportunidades nunca pareceu tão distante. Na distopia trumpista, todos aqueles que buscam nos Estados Unidos novas oportunidades de vida e trabalho oneram as finanças, esbulham empregos e corrompem a alma do país. Logo, são inimigos.

Há muito, os ataques trumpistas se voltam para os imigrantes. É sempre mais fácil bater nos vulneráveis. Pelas redes sociais, fonte exclusiva de informação para milhões de americanos encapsulados em bolhas de ódio e egoísmo, o presidente e seus replicadores digitais produzem espectros sombrios que povoam o imaginário de jovens desorientados, empreendedores de si mesmo, desempregados e outros desalentados. Vale tudo para desumanizar os imigrantes. Trump já declarou que são “traficantes, estupradores e assassinos”, que “estão tomando os empregos dos americanos”, que estão “destruindo a estrutura do país” e que “são terroristas”.

Das palavras, agora passou para a ação. A “era de ouro” prometida por Trump em seu discurso de posse já reluz nas algemas que acorrentam as mãos, os pés e os sonhos dos deportados. Entre

eles, cerca de 90 brasileiros que chegaram ao país no último dia 24 e foram mantidos sob algemas mesmo durante o desembarque, em Manaus. Diante desse cenário, pouco adiantaria lembrar do acordo Brasil-Estados Unidos para que deportados sejam tratados com dignidade e respeito. Orgulhoso, Trump se põe acima do direito.

A situação dos imigrantes teve contornos ainda mais dramáticos na Colômbia, cujo presidente, Gustavo Petro, inicialmente se recusou a receber os deportados de seu país. Enfurecido, Trump anunciou duras sanções, como uma tarifa adicional de 25% sobre os produtos colombianos, a interrupção da concessão de vistos para cidadãos do país e sanções ao Tesouro nacional e a investimentos colombianos nos Estados Unidos. Pressionado, Petro recuou, sob a promessa de Washington de que as sanções prometidas também não seriam aplicadas.

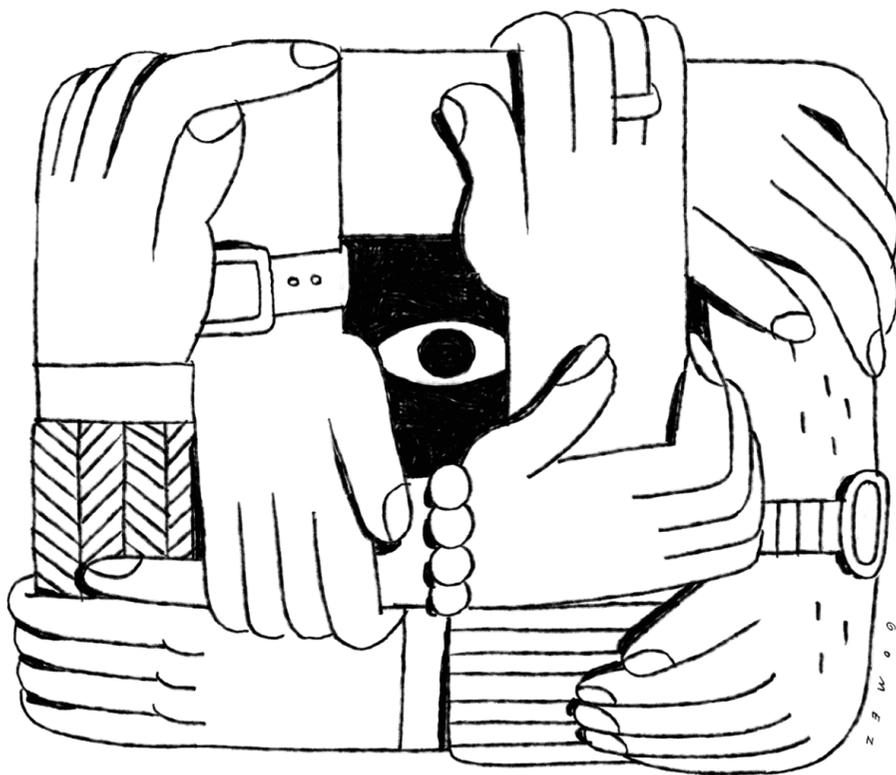
As más notícias “não cessam de brotar”. Em 29 de janeiro, após demitir procuradores federais que participaram de processos contra ele, em uma postura vingativa, que afronta a segurança jurídica e institucional do país, Trump assinou uma ordem executiva determinando a abertura de espaços na controversa base americana em Guantánamo, Cuba, para receber cerca de 30 mil dos “piores criminosos estrangeiros que ameaçam o povo americano.” Está aberta a temporada de caça ao inimigo interno. Para legitimar suas ações, Trump afirmou que “alguns são tão ruins que não acreditamos nos países (de origem) para mantê-los (...)”. Então, vamos mandá-los para Guantánamo.

Esta talvez seja a primeira vez na história em que imigrantes vivem com medo na América. Pouco importa lembrar que Trump é filho

de uma imigrante escocesa, que chegou ao país com apenas US\$ 50 no bolso. Relatos de brasileiros nos Estados Unidos revelam que as pessoas estão acuada, receosas até de frequentar escolas e hospitais. Nem as igrejas escapam da sanha persecutória dos agentes trumpistas, muitos dos quais formam grupos supremacistas, de inspiração neonazista. Hoje, há blitz diárias para capturar imigrantes ilegais, revivendo práticas criminosas da Alemanha nazista contra a comunidade judaica, nos anos 1930.

Ainda não é possível saber onde a “bola” das ações de Trump irá “bater”. Mas a indústria do medo já produz seus efeitos. Nos Estados Unidos, mesmo aqueles que ostentavam com orgulho camisas com o slogan “Latinos com Trump”, estão temerosos, ainda que estejam em situação legal. Ao sul do continente, Javier Milei, um arauto de Trump, anunciou que vai construir alambrados na fronteira com a Bolívia, reforçando, também, os cuidados na divisa da Argentina com o Brasil. Como toda violação grave aos direitos humanos, o ódio aos imigrantes tem o condão de se espalhar.

Reduzir os imigrantes à condição de inimigos é apenas um balão de ensaio do que está por vir. Negros, indígenas, homossexuais e outros segmentos serão impactados. Externamente, as ameaças de taxação a parceiros comerciais, as ambições territorialistas sobre a Groenlândia e o Canadá, a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris e da Organização Mundial da Saúde, entre outros, mostram que o multilateralismo e a governança global construídos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estão por um fio. Sob a gestão Trump, o mundo parece um lugar (ainda) pior, para todos. Essa triste constatação nos faz questionar: quem é o inimigo?



Atratividade e formação de professores



» **MOZART NEVES RAMOS**
Titular da Cátedra Sérgio
Henrique da USP de Ribeirão
Preto e professor emérito
da UFPE

Em 2007, um estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), já apontava um déficit de 250 mil professores, especialmente nas disciplinas de matemática, física, química e biologia. Quase 20 anos se passaram, e o desafio de atrair jovens para a carreira do magistério ainda continua, incluindo uma formação docente que os prepare para a prática da sala de aula — nossos cursos são muito teóricos e pouco práticos.

A escassez de professores mereceu uma meta específica (Meta 15) no Plano Nacional de Educação (PNE) que ora se conclui. Muitos esforços foram feitos ao longo dos últimos anos, e precisamos refletir por que praticamente nada mudou — em outras palavras, por que os jovens brasileiros não desejam, em sua larga maioria, seguir a carreira do magistério. Além disso, boa parte dos que ingressam nos cursos de pedagogia não consegue tirar mais do que 450 pontos no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) — ou seja, na prática, não receberiam o certificado de conclusão de ensino médio; apesar disso, ingressaram no ensino superior, trazendo consigo muitos déficits de aprendizagem. Sem bons professores, o Brasil não terá uma educação de qualidade, já que a qualidade docente

é o fator intra-escolar mais importante para a aprendizagem dos estudantes.

Passados esses 20 anos, uma nova iniciativa se coloca, mediante uma boa articulação do programa de bolsas de incentivo à carreira do magistério e um conjunto de medidas associadas à formação docente. Tal iniciativa teve como inspiração o programa Pé-de-Meia, que funciona como uma espécie de poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes no ensino médio — uma estratégia do Ministério da Educação (MEC) para reduzir os elevados níveis de abandono escolar nos três últimos anos da educação básica, além de ampliar o número de inscritos no Enem. O programa está impactando cerca de 4 milhões de jovens, que, ao final dos três anos do ensino médio, podem chegar a uma poupança de R\$ 9.200 concedida pelo Governo Federal. Isso pode ser um ponto de inflexão para que esses jovens, com esforço financeiro complementar vindo de um Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), por exemplo, possam vir a fazer um curso superior. A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) estima que cerca de 500 mil desses jovens do Pé-de-Meia possam, assim, ingressar na universidade.

Foi nessa atmosfera que o MEC lançou o programa Mais Professores para o Brasil. A iniciativa visa a fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério, proporcionando-lhes recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. O programa envolve ações em cinco eixos estruturantes. São eles:

Seleção para o ingresso na docência: prova

nacional docente para subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios nos processos de seleção e de ingresso no magistério; Atratividade para as licenciaturas: bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas para fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura;

Alocação de professores: bolsa Mais Professores para incentivar a atuação em regiões e áreas de conhecimento com carência de docentes; Formação docente: portal que visa fortalecer o desenvolvimento profissional de acordo com o perfil e a necessidade do docente; e Valorização dos professores: ações de reconhecimento da importância social dos docentes, estabelecidas por meio de parcerias com outros ministérios e órgãos públicos.

Trata-se de uma iniciativa que merece o nosso reconhecimento, mas é preciso que o MEC admita que esse é apenas um bom ponto de partida para reverter o quadro de baixa atratividade pela carreira do magistério. É preciso pensar um pouco além, como, por exemplo, num plano nacional de carreira para o professor que será formado nesse novo contexto, que pode ser inspirado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, o ministério poderia dar incentivos aos cursos de licenciatura de instituições particulares de ensino reconhecidos como de alta qualidade pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que não conseguem competir com aqueles de R\$ 99 na modalidade do ensino a distância.

Contudo, o objetivo aqui é louvar essa importante iniciativa do MEC, que pode ser o começo de uma mudança de perspectiva do jovem pela carreira do magistério.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

União contra a injustiça

Longe da presunção e da imodéstia de pretender indicar quais os corretos caminhos da Justiça aos doutos juizes, mesmo num momento em que se assiste a um protagonismo cada vez maior dessas instituições, nunca é demais expressar o desejo de buscar respostas claras para uma dúvida que vem incomodando boa parte de nossos cidadãos: afinal, o que é justiça? Seria aquilo que exala da cabeça ou do fígado dos magistrados ou aquilo que expressa a letra fria das leis?

Independentemente dos resultados que possa advir dos vereditos, essa é uma discussão válida. Nos casos tipificados em nosso Código Penal, nos quais estão elencados os mais diversos tipos de crime e suas respectivas punições, o veredito, quando foge do poder de decisão do juiz, é levado a júri popular, em que a voz de Deus parece ser ouvida e tudo é resolvido sem maiores dificuldades. Nessa seara, as decisões são mais tranquilas, apoiadas na ciência humana do direito.

Mas a questão toda não é essa. O problema em dar uma resposta aceitável pelo cidadão escala uma montanha íngreme e perigosa, quando se busca saber o que é justiça no mundo político. Decerto que essa é uma discussão que, por suas características, vai se transformando, cada vez mais, num tema tabu e, como tal, deveria ser deixada de lado, pois esses são tempos de grande confusão.

Sabe-se que a justiça é tudo o que está em conformidade com o direito, pois não parece razoável questionar a justiça de sua causa, principalmente, quando o que está em jogo é a ordem social e uma pretensa igualdade entre todos. Também, aqui, não se pode dissociar justiça de igualdade. O que é certo, nesses caminhos sinuosos percorridos pela justiça, é que justiça não é vingança ou feita como retribuição.

Um item da maior importância, a dar o norte à justiça, é o da liberdade. Nesse quesito: a maior de todas as leis, ou seja, aquela que deveria prevalecer sobre as demais. No nosso caso, a Constituição de 1988, que traz logo em seu preâmbulo, a questão da liberdade e como a justiça poderá ser feita por esses caminhos.

Para um país que conheceu de perto as desumanidades praticadas no período da escravidão, nada mais natural. Assim, estão arroladas, na Constituição em vigor, a liberdade de ir e vir; a liberdade de expressão; a liberdade de pensamento; e a liberdade de manifestação. Mais do que esses conceitos básicos, é preciso refletir e entender para que servem as leis. A resposta mais aceitável, nesse caso, seria para fazer justiça. Alguns diriam que são para manter a ordem social. Outros dirão que serve para proteger os direitos das pessoas. Outros ainda dirão que serve para que possamos confiar no governo. Os mais atentos dirão, de forma certa, que é para fazer justiça. Ocorre que a justiça é feita basicamente com a união de pessoas no combate diário às injustiças. Sejam elas quais forem. Nesse sentido, a justiça diz respeito a todos, e não somente aos juizes.

Se todos não se unirem para combater as injustiças, absolutamente ninguém escapará um dia de ser também injustiçado. É como repeta o filósofo de Mondubim: “Vivemos um ao lado dos outros, mas não em união com os outros”. Temos que nos defender uns aos outros contra as injustiças. Por isso é que, numa sociedade em que prevalece o egoísmo e a indiferença, as injustiças ocorrem com mais facilidade. Não por outra razão, a tão almejada paz exige da justiça, além da verdade e liberdade, um atributo pouco explorado, mas essencial, que é o amor. Nesse caso, podemos inferir que os caminhos da justiça são mais planos e retos quando todos passam a somar forças contra as injustiças.

A frase que foi pronunciada

“A justiça é a rainha das virtudes republicanas e, com ela, se sustenta a igualdade e a liberdade.”

Voltaire

2D

» Com uma exposição criativa, Murilo Frade retrata *Expressões em 2D: do daltonismo à dislexia*. No Espaço Cultural Athos Bulcão, no Flyer do Plenário da CLDF. A abertura será no próximo dia 12, e seguirá até 7 de março. Veja o portfólio no Blog do Ari Cunha.

Desleixo

» Assunto que tem despertado o interesse de legisladores é o consumo de flúor pelos brasileiros e as consequências para a saúde. Da água à pasta de dente. Assim como a margarina, que passou se esgueirando da lei turbinada pelo lobby, pode ser que nada aconteça em favor dos consumidores.

História de Brasília

Do meio da coluna em diante, o sr. Hélio Fernandes deixou de atacar o sr. Laranja Filho, e passou a enumerar suas ‘providências’ para “moralizar a companhia. (Publicada em 25/4/1962)